

Darlan Praxedes Barboza¹

CELSO FURTADO VS. GILBERTO FREYRE: O PODER DA CRIAÇÃO

INTRODUÇÃO¹

Criada em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sude-ne) enfrentou resistência por parte das oligarquias políticas nordestinas no Congresso Nacional (Cohn, 1978), dos governadores da região (Lima, 2009) e dos setores ligados às economias do açúcar, do algodão e da pecuária (Oliveira, 2008). Entre os focos dessa resistência, o artigo concentra-se em Gilberto Freyre e em seu Instituto Joaquim Nabuco (IJN).

No contexto da crise do sistema agroexportador nordestino, Freyre e Furtado formularam concepções distintas de região e propuseram novos vínculos entre o Nordeste e a nação. Em nome da diversidade regional, o sociólogo negociou com o Estado central seu projeto regionalista de valorização das tradições culturais do Nordeste, ancorado em um discurso sociológico. Contra o “vago brasileirismo” (Freyre, 1925 apud Lira, 2005: 159) imposto ao restante do país pelo Centro-Sul – antigo complexo regional que incluía as atuais regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste –, Freyre pretendeu fundar a unidade nacional na harmonização das tradições culturais e dos diversos grupos étnicos, preservando a singularidade sociocultural do Nordeste (Albuquerque Júnior, 2011; Bastos, 2006; Mesquita, 2018). Encampando essas teses, o IJN – “uma instituição autobiograficamente gilbertiana” (Coutinho, 1987 apud Jucá, 1991: 23) – foi criado em 1949 para estudar a realidade do Norte e do Nordeste, em especial as condições de vida do trabalhador rural.

Uma década após a criação do IJN, Furtado recolocou a “questão Nordeste” como um problema de integração nacional e de superação das relações de produção arcaicas, que impediam o uso “racional” dos recursos produtivos

e a formação de um mercado interno. O economista tinha como horizonte a industrialização e a redução das assimetrias regionais.

A competição entre o IJN e a Sudene recebeu pouca atenção da literatura, em parte pelas diferenças entre seus programas – o primeiro, um instituto voltado à pesquisa social; o segundo, um órgão de planejamento econômico –, pelos distintos contextos de criação do IJN (1949) e da Sudene (1959), e pela consagração de Freyre e Furtado em campos distintos do conhecimento: a sociologia e a economia, respectivamente.

O artigo reconstitui esse embate ao explorar as origens familiares e as trajetórias sociais de Freyre e Furtado, evidenciando como ambos se consolidaram como as principais lideranças intelectuais e políticas do Nordeste em meados do século XX¹.

FREYRE E FURTADO: ORIGEM, FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA

Pelo lado paterno, Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) descendia da burguesia comercial inserida no sistema escravocrata e proprietária de engenhos na Zona da Mata Sul de Pernambuco (Larreta & Giucci, 2007: 19).

Alfredo Alves da Silva Freyre Júnior (1874-1961), pai de Gilberto, formou-se na Faculdade de Direito do Recife (FDR), então reconhecida como “centro de cultura e de formação jurídica e humanística de elites brasileiras” (Freyre, 1934/1961: 137). Foi professor do Colégio Americano Batista e diretor da Escola Normal entre 1928 e 1929. Liberal, maçom e anticlerical, também foi catedrático de economia política na FDR. Dono de vasta cultura e atualizada biblioteca, Alfredo transmitiu aos filhos o gosto pela vida intelectual.

Pelo lado materno, Gilberto era filho de Francisca Teixeira de Mello (1878-1943), “uma Wanderley do século XIX” (Larreta & Giucci, 2007: 22), pertencente à linhagem aristocrática em declínio econômico dos Gonçalves de Mello. Estudou no Colégio Americano Batista, onde aprendeu francês, inglês e espanhol, lecionou latim, foi redator-chefe de *O Lábaro* (o jornal da escola) e estreou como conferencista – sinais claros de sua precocidade intelectual.

Nos Estados Unidos, Gilberto estudou ciências sociais nas universidades de Baylor e Columbia, adquirindo uma formação acadêmica cosmopolita. Com “uma auréola de gênio” (Larreta & Giucci, 2007: 55), tornou-se colaborador do *Diário de Pernambuco* – “o diário quase íntimo de Gilberto Freyre” (Dalmonte, 2009).

De volta ao Brasil em 1924, Gilberto fundou o Centro Regional do Nordeste e organizou o *Livro do Nordeste*, “a primeira definição, no Brasil, de um moderno critério regional de análise e de tentativa de avaliação de valores regionais, por um grupo de competências especializadas em assuntos diversos, da cultura, da economia e da paisagem do Nordeste brasileiro” (Freyre, 1934/1961: 136). Em 1926, idealizou o I Congresso Brasileiro de Regionalismo e redigiu o “Manifesto Regionalista”. Em 1934, organizou o Congresso de Estudos Afro-Brasileiros, construindo o discurso da singularidade sociocultural do Nordeste (Albuquerque Júnior, 2011).

No final da década de 1920, Gilberto foi chefe de gabinete do governador pernambucano Estácio Coimbra (1926-1930), dirigiu o jornal governista *A Província* e lecionou sociologia na Escola Normal. Sua carreira ascendente na vida intelectual e política de Pernambuco foi interrompida pela Revolução de 1930, mas ele logo recuperou espaço.

Na década de 1930, Gilberto alcançou projeção como um intelectual de renome nacional e internacional com *Casa-Grande & Senzala* (C.-G. & S.), obra que marcou a construção sociológica de sua posição regionalista (Sorá, 1998). Tornou-se diretor da “Coleção Documentos Brasileiros”, da editora José Olympio, e colunista dos diários cariocas *Correio da Manhã*, *A Manhã* e dos *Diários Associados*. Publicou *Sobrados e Mocambos* (1936) e *Nordeste* (1937), obras que sedimentaram seu novo status como intérprete da sociedade brasileira, além de ter lecionado sociologia na Universidade do Distrito Federal.

Apesar do exílio e das acusações de “anticatólico”, “comunista”, “pornográfico do Recife” e “corruptor da mocidade brasileira” (Silva, 2010: 213), o sociólogo atravessou a década de 1930 e a ditadura do Estado Novo (1937-1945) duplamente vitorioso. Por um lado, no contexto de formação do Estado nacional moderno e da invenção da “brasilidade”, negociou seu programa regionalista com a ditadura varguista e tornou-se o fiel da balança do pacto político entre tradição e modernidade, elevando sua construção da identidade nacional ao estatuto de ideologia oficial (Bastos, 2006; Mesquita, 2018). Por outro lado, em Pernambuco, pousou como um contestador radical e símbolo da resistência democrática anti-varguista, acumulando capital político próprio como fundador da Esquerda Democrática, posteriormente integrada à União Democrática Nacional (UDN). Freyre foi eleito deputado federal constituinte em 1946 pela UDN e foi o autor do Projeto de Lei 770/1948, que criou o IJN (doravante Nabuco).

Vendo a si próprio como um criador sem par e um precursor (Araújo, 1994), Freyre encontrou em Furtado um competidor à altura – dotado de autoconfiança equivalente, ambição de protagonismo, volumoso capital cultural e científico, formação cosmopolita e uma cartela de contatos nas esferas decisórias e nos circuitos intelectuais e burocráticos internacionais.

Pelo lado paterno, Celso Monteiro Furtado (1920-2004) descendia de uma família de juizes paraibanos, com passagem pelo Liceu Paraibano e pela FDR. Seu pai, Maurício Medeiros Furtado (1893-1965), era latinista e professor de português, além de dominar o francês e o italiano. Também atuou como empreendedor cultural e alcançou o topo da magistratura paraibana. Foi membro da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Pelo lado materno, Celso pertencia a uma família de proprietários de terras do sertão paraibano (Barboza, 2023).

Celso estudou no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano (GP), e cursou direito na Universidade do Brasil (1938-1942), iniciando sua trajetória rumo à cúpula do setor público federal. Tornou-se técnico de organização do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) em 1944, realizou

doutorado em economia na França entre 1946 e 1948 e ingressou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), onde permaneceu por quase uma década (1948-1958).

Como funcionário das Nações Unidas, Furtado coordenou o Grupo Misto Cepal-BNDE entre 1953 e 1955, liderou a criação do Clube dos Economistas e da revista *Econômica Brasileira*, reunindo em torno de sua liderança os “economistas nacionalistas do setor público” (Bielschowsky, 1988). Foi reconhecido como o guia intelectual dessa geração após se destacar na Cepal, ensinar nos Cursos de Treinamento de Pessoal em Desenvolvimento Econômico (CTP-DE) da Cepal-BNDE e proferir conferências no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), tornando-se gradualmente um nome de referência no pensamento econômico brasileiro (Barboza, 2023).

Detentor de um volumoso capital de saberes técnicos, com credibilidade no Brasil e na América Latina, ambicioso e talhado por tradição familiar para a direção política – sentia “uma necessidade de tipo quase fisiológico” (Furtado, 2019: 224) pela “coisa pública” (Furtado, 2019: 271) –, Furtado encampou a missão de regenerar o Estado brasileiro e capitaneou a criação da Sudene.

APOIOS

Recém-chegado de Cambridge, Furtado desligou-se da Cepal, assumiu a diretoria para o Nordeste do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), tomou a dianteira nas debates sobre a “questão Nordeste” e defendeu a tese de que a região constituía um problema de segurança e de “unidade nacional”, incompatível com soluções de compromisso do tipo tradicionalmente adotada (Cohn, 1978).

Furtado tinha profundo conhecimento da administração pública brasileira e mantinha uma ampla rede de aliados em posições estratégicas, que o apoiaram em momentos decisivos. Fundador e presidente do BNDE (1958-1959), o economista e diplomata Roberto Campos (1917-2001) foi um de seus principais apoiadores: indicou-o para a direção do Grupo Misto Cepal-BNDE, em 1953, e para a presidência do escritório da Cepal no Rio de Janeiro, em 1958.

Amigo de Furtado desde os tempos do Liceu Paraibano, Cleantho de Paiva Leite (1921-1992) teve uma carreira destacada: foi *political affairs officer* das Nações Unidas, assessor de Vargas para assuntos internacionais, diretor do BNDE e assessor de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Articulou o apoio de Vargas à Cepal quando os Estados Unidos ameaçavam extingui-la e mediou a aproximação entre Prebisch e o presidente brasileiro, selando a parceria entre o Brasil e o organismo latino-americano (Furtado, 1997 [1985]: 64). Também foi um dos responsáveis por trazer Furtado ao BNDE (Oliveira, 2020: 76). Um dos primeiros diretores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Paiva Leite também assessorou a captação de recursos para a Sudene junto ao banco, tornando-a o primeiro órgão latino-americano a conseguir financiamento da instituição (Tavares et al., 1998: 73).

Paiva Leite articulou com José Sette Câmara (1920-2002), chefe do Gabinete Civil de Kubitschek, o encontro entre o presidente e Furtado, em janeiro de 1959, no qual se discutiu a necessidade de uma nova política para o Nordeste. Sette Câmara foi um “baluarte” na defesa dos planos de Furtado no Catete (“Instantâneos”, 1959). Foi ele quem apresentou Furtado a Paulo Bittencourt (1895-1963), proprietário do *Correio da Manhã* – “um dos mais importantes periódicos da antiga capital da República” (“Paulo Bittencourt”, 2025) e um aliado estratégico da Sudene.

Esses contatos palacianos teriam sido insuficientes sem a adesão de um bloco heterogêneo de aliados, que incluía a imprensa do Centro-Sul e estrangeira, os militares, os intelectuais, os estudantes, a Igreja, os movimentos sociais, os parlamentares sudestinos e o empresariado industrial. Com esses apoios, Furtado obteve “tratamento especial” (Carvalho, 1979: 189) para a Sudene na estrutura administrativa federal: amplas atribuições, vasta área de atuação e controle sobre os órgãos e os investimentos federais na região. A Sudene tornou-se, assim, “uma espécie de Ministério do Nordeste” (Oliveira, 2020 [2013]), dotada de uma “excepcional força executiva” (Carvalho, 1979: 166) para planejar, fiscalizar e executar obras e serviços².

Para fins de comparação, vejamos como Freyre ativou seus capitais e contatos na criação do Nabuco. O pernambucano valeu-se do prestígio como ensaísta e sociólogo, além do espaço cativo na cadeia midiática dos *Diários Associados*, que lhe deu palanque, visibilidade nacional e influência no debate público (Dalmonte, 2009). Outro fator crucial foi sua consagração imediata com a publicação de *C.-G. & S.* (Freston, 1989: 373). Contou a favor, ainda, sua reputação internacional como conferencista de prestígio e autor já traduzido para o inglês e o espanhol em meados da década de 1940, bem como sua projeção como principal publicista do modelo brasileiro de convivência e harmonia racial, posteriormente encampado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Maio, 1999).

A carreira política de Freyre também foi decisiva para a criação do Nabuco. No início da década de 1940, destacou-se como um agitador político de proa na campanha pela redemocratização ao “capitalizar a sua fama nacional e o seu trânsito mais ou menos livre entre liberais e esquerdistas” (Freston, 1989: 375), sendo posteriormente eleito deputado federal constituinte. No exercício do mandato, o udenista levou adiante a ideia de criação de um Instituto, mobilizando seus laços de parentesco e amizade, além de sua ampla rede de contatos com acesso às esferas decisórias.

Líder de uma oligarquia açucareira em declínio, ex-prefeito do Recife (1937-1945) e ex-ministro da Agricultura (1950-1951), o senador Antônio de Novaes Filho (1898-1978) (PSD/PE) atuou ativamente para garantir a rápida tramitação do projeto no Senado Federal. Outro apoiador foi o senador José Américo de Almeida (1887-1980), experiente político paraibano.

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) mobilizou apoio entre os

principais nomes da política cultural. O usineiro Odilon Ribeiro Coutinho (1923-2000) patrocinou a campanha de Freyre à Câmara dos Deputados e intercedeu junto ao então deputado Juracy Magalhães (1905-2001) (UDN/BA), presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal. Já Péricles Magalhães de Pinho, chefe de gabinete de Ernesto Simões Filho – então ministro da Educação e Cultura (MEC) –, foi responsável por agilizar os trâmites burocráticos no ministério.

Em síntese, Furtado e Freyre apoiaram-se em frações distintas das elites dirigentes para impulsionar suas carreiras nos campos intelectual e político. O paraibano era um membro destacado da nova elite de economistas legitimados por suas competências técnicas e com ativos sociais para liderar a reforma do Estado brasileiro em processo de expansão e diferenciação institucional. Ele integrava o círculo dos criadores das novas instituições de desenvolvimento econômico, socializados no serviço público, unidos por laços de lealdade – reforçados pela ojeriza comum à elite política tradicional – e com acesso direto à Presidência da República.

Quanto ao pernambucano, ele pertencia a uma elite empobrecida, historicamente entranhada nas estruturas do Estado e habituada à troca de favores e aos esquemas clientelistas. As articulações políticas de Freyre – um “intelectual orgânico da classe no poder em Pernambuco” (Lima, 2009: 231) – com os pistolões da oligarquia açucareira arruinada abriram caminho para a criação do Nabuco, que permaneceria dependente de seu prestígio e de suas relações pessoais.

RECURSOS

Antes da aprovação do I Plano Diretor (1961-1963) pelo Congresso Nacional, em 1961, os recursos orçamentários da Sudene eram limitados. A partir de então, porém, a autarquia passou a contar com um expressivo volume de verbas provenientes de múltiplas fontes: recursos orçamentários regulares; verbas anuais não inferiores a 3% da renda tributária da União; créditos adicionais destinados à execução dos projetos do Plano Diretor; o Fundo dos Ágios – criado para compensar a transferência de divisas do Nordeste para o Centro-Sul e extinto em 1961; recursos cambiais, uma vez que a Sudene estava autorizada a conceder câmbio favorecido ou de custo para a importação de equipamentos voltados ao desenvolvimento regional; e o sistema de incentivos fiscais, inspirado na *Cassa per il Mezzogiorno* (Carvalho, 1979), que permitia às empresas nacionais deduzirem até 50% do imposto de renda das empresas nacionais para investir na industrialização da região. A partir de 1963, esse benefício foi estendido também a grupos estrangeiros.

No contexto da Guerra Fria, com o surgimento de programas de cooperação técnica e financeira voltados aos países subdesenvolvidos, a Sudene passou a receber volumosos aportes de recursos internacionais. Contribuíram para isso a experiência de Furtado como ex-funcionário da Cepal, seu tran-

sito nos organismos multilaterais de planejamento econômico e sua ampla rede internacional de contatos.

Já o Nabuco dependia exclusivamente de repasses do governo federal e enfrentava crônica escassez de recursos. Eram os próprios diretores dos departamentos – e, por vezes, seus familiares abastados – que arcavam com os custos operacionais da instituição (Freston, 1989: 380-381). Com “verbas quase simbólicas” (Gonçalves, 1991: 166), que oscilavam conforme o maior ou menor apoio do governo federal, e competindo com outros órgãos, como a Sudene, o Nabuco foi compelido a buscar fontes extragovernamentais de financiamento e passou por sucessivas reestruturações nas décadas de 1970 e 1980.

Em síntese, Furtado conhecia profundamente a máquina pública, o que lhe conferiu vantagens na captação de recursos para a Sudene e o conhecimento necessário para propor novos instrumentos arrecadatórios. Sua rede de contatos em posições estratégicas – capazes de destravar burocracias e facilitar a liberação de verbas – turbinou seu capital político. Era também portador de um conjunto de competências técnicas altamente valorizadas nas mesas de negociação política e empresarial. Como já sugerido, o economista soube tirar proveito de sua experiência como ex-funcionário internacional, com credibilidade no espaço das organizações transnacionais de financiamento ao desenvolvimento, para conceber e estruturar a Sudene.

No caso de Freyre e do Nabuco, as dificuldades para atrair recursos decorreram, inicialmente, da falta de autonomia administrativa e financeira do Instituto em relação ao MEC – autonomia que só seria conquistada em 1960. Contribuíram, ainda, sua definição legal como uma instituição de pesquisa social (embora com a pretensão de subsidiar cientificamente a ação governamental) e a hostilidade ao escritor pernambucano em determinados setores da burocracia federal (Gonçalves, 1991; Jucá, 1991).

No final da década de 1950, em um contexto de modernização das estruturas econômicas e da administração pública brasileira, como poderia o sociólogo oficialista – que perdia espaço político no governo federal – fazer frente ao economista cujo próprio nome já se tornara sinônimo de industrialização, desenvolvimento e planejamento? Como rivalizar com a Superintendência que encarnava o Estado desenvolvimentista no Nordeste e mobilizava um exército de jovens egressos das universidades, atraídos pela promessa de estabilidade e boa remuneração na máquina pública?

QUADROS

Entre os sudeneanos mais experientes, destacava-se o português Luiz Felipe Gorjão Leite de Vasconcelos, estatístico de população da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), diretor do Departamento de Assistência Técnica e de Formação de Pessoal (DATFP) e do Departamento de Agricultura e Abastecimento (DAA) da Sudene, além de professor da então Universidade do Recife – atual Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE). De origem húngara, Estevam Strauss (1917-2000) atuou como técnico agrícola da Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco (Codepe), foi diretor do Departamento de Recursos Naturais (DRN) e do DAA da Sudene e, após o golpe 1964, transferiu-se para o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes/Cepal), em Santiago do Chile.

O alagoano Mário Magalhães da Silveira (1905-1986) formou-se em medicina na Bahia, especializou-se em higiene e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos), no Rio de Janeiro, e atuou como médico sanitário no antigo Ministério da Educação e Saúde. Foi professor de saúde e desenvolvimento no Iseb e no CTPDE da Cepal-BNDE, ambos sediados no Rio de Janeiro. Representou o Ministério da Saúde no Conselho Deliberativo da Sudene no início da década de 1960. Fundador da Escola Nacional de Saúde Pública (1960) e presidente da Sociedade Brasileira de Higiene (1962-1964), Mário foi considerado “a maior liderança da corrente de pensamento sanitário desenvolvimentista” e “o precursor da economia da saúde” (Escorel, 2015: 2459).

Dentre os mais jovens, o advogado e economista paraibano Antônio Juarez Farias (1937-2021) iniciou sua carreira como escrevente de cartório, participou do curso da Cepal-BNDE no Rio de Janeiro e ingressou por concurso no BNDE. Foi diretor do Departamento de Industrialização da Sudene (1960-1964), professor da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) (1965-1967) e secretário de Planejamento do governo João Agripino, na Paraíba, entre 1966 e 1969. Nas décadas de 1970 e 1980, ocupou cargos de direção no Banco Nacional de Habitação (BNH), no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e na Eletrobrás. No final da vida, presidiu o Tribunal de Contas da Paraíba e a Academia Paraibana de Letras.

Outro economista recrutado por Furtado no BNDE foi Jader Figueiredo de Andrade e Silva (1924-1998). Mineiro de Sete Lagoas, formou-se em economia na Universidade do Recife, foi chefe da Divisão de Estudos Agrícolas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene/BNB), dirigiu o Departamento Econômico do BNDE, chefiou o DAA da Sudene e atuou como secretário de Agricultura do governo Miguel Arraes (1963-1964). Após os eventos de março e abril de 1964, transferiu-se para o Ilpes e tornou-se assessor do governo de Salvador Allende (1970-1973) para assuntos de reforma agrária. Com o golpe que depôs o presidente chileno, passou a atuar como consultor da FAO em questões agrárias. Na década de 1980, retornou ao Brasil e presidiu o Partido dos Trabalhadores (PT) em Pernambuco.

O recifense e cientista social Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira (1933-2019) era filho de comerciante e de uma dona de casa. Militante do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ingressou por concurso no BNB e atuou como superintendente-adjunto da Sudene entre 1959 e 1964. Após ser preso em 1964, trabalhou na Cepal e, de volta ao Brasil, integrou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), consolidando sua carreira como professor de sociologia na Universidade de São Paulo (USP).

Pernambucano de Vitória de Santo Antão, José Maria Aragão de Melo (n. em 1933) militou na esquerda socialista, doutorou-se em direito pela Universidade do Recife e em economia pela Universidade de Paris, além de se especializar em desenvolvimento econômico no CTPDE da Cepal-BNDE. Na década de 1960, trabalhou no Banco do Brasil, foi diretor de projetos internacionais e assessor para assuntos industriais da Sudene. Após o golpe de 1964, construiu carreira no BID como um especialista em questões latino-americanas, tendo chegado à presidência do BNH.

O baiano Nílton de Almeida Santos (falecido em 1998), natural de Brotas de Macaúbas e formado em direito, foi ativista estudantil e atuou na Comissão de Planejamento Econômico da Bahia ao lado de Rômulo Almeida. Posteriormente, dirigiu o DATFP da Sudene. Com o golpe de 1964, exilou-se na França, onde concluiu mestrado em economia e iniciou carreira na Unesco. Anistiado em 1979, retornou à Sudene para comandar a Diretoria de Planejamento Global, presidiu a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe), integrou a Codepe e foi secretário de Minas e Energia do segundo governo Miguel Arraes (1995-1999).

Majoritariamente, os primeiros diretores da Sudene eram oriundos da classe média e nascidos ou radicados no Nordeste. Dois deles tinham origem imigrante (*outsiders*), e, embora recifense, Francisco de Oliveira vinha de uma família de pequenos comerciantes. Em sua maioria com menos de trinta anos de idade, possuíam recursos econômicos e culturais limitados, dependeram da aquisição de credenciais acadêmicas para compensar suas desvantagens sociais e aprenderam economia nos cursos do CTPDE da Cepal-BNDE – disciplina recém-chegada no campo do poder, no sistema científico e relativamente mais democrática em termos de recrutamento social. Embora formado em medicina, Mário Magalhães atuava como sanitarista – área de menor prestígio dentro da hierarquia médica –, integrava uma corrente não hegemônica (o “sanitarismo desenvolvimentista”) e era vinculado ao PCB.

Todos eles experimentaram mobilidade social ascendente, identificaram-se com o projeto reformista de Furtado, adquiriram novas competências técnicas e tiveram suas carreiras abruptamente interrompidas pela ditadura civil-militar (1964-1985). Dispersados e forçados ao exílio, passaram a atuar como funcionários de organismos internacionais, consultores privados, pesquisadores e professores universitários. Francisco de Oliveira reconverteu seu capital técnico e burocrático – acumulado como alto dirigente da Sudene e funcionário internacional – em um novo papel como teórico crítico, alinhando-se à tradição marxista dos intelectuais uspianos e revendo a Cepal e Furtado sob uma perspectiva crítica. Com a reabertura democrática nos anos 1980, alguns ex-sudeneanos buscaram projetar-se na vida pública por meio da política institucional.

Quanto aos primeiros quadros dirigentes do Nabuco, destaca-se o historiador recifense José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002), filho do psiquiatra Ulysses Pernambucano Gonsalves de Mello (1892-1943) – ambos primos

de Freyre. Kursou o ensino secundário no GP, bacharelou-se na FDR em 1937, presidiu o Nabuco entre 1950 e 1951 e foi diretor do Departamento de História Social da instituição na década de 1950. Reconhecido especialista na história do Brasil holandês, dirigiu o Instituto de Ciências do Homem (ICH) da Universidade do Recife entre 1964 e 1969 e presidiu o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Também recifense, Paulo Frederico do Rego Maciel (1924-2008) era oriundo de uma tradicional família vinculada à política pernambucana. Bacharelou-se na FDR em 1946, dirigiu o Nabuco entre 1954 e 1955 e realizou mestrado em economia na Universidade de Paris. Percorreu uma longa trajetória na administração pública e na vida política: foi secretário da Fazenda no governo Cid Sampaio (1959-1962), presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) (1964-1966), deputado federal pela Arena/PE (1967-1971), presidente do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) na década de 1970 e candidato indireto a governo estadual em 1974. Atuou também como reitor da UFPE (1975-1979), onde foi agraciado com título de professor emérito.

Outro recifense formado pela FDR e também primo de Freyre, o demógrafo José Antônio Carolino Gonçalves (1918-1990) atuou como delegado regional do IBGE no Ceará entre 1940 e 1952, chefiou o Departamento de Estatística do Nabuco entre 1952 e 1970 e dirigiu a instituição entre 1954 e 1955. “Originário de família da aristocracia cartorial e intelectual” (Ribeiro, 1991: 159), e um “católico mais conservador que progressista” (Gonçalves, 1991: 154), Carolino foi um colaborador fiel de Freyre. Durante décadas, lecionou na Faculdade de Educação da UFPE.

Também recifense, René Ribeiro (1914-1990) formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Recife (1936), tornou-se livre-docente em psiquiatria no ano seguinte e trabalhou no Sanatório Recife ao lado de Ulysses Pernambucano. Foi um dos fundadores da Escola de Serviço Social da Universidade do Recife, na década de 1940. Especializou-se em antropologia na Universidade Northwestern (1947), sob orientação de Melville Herskovits (1895-1963), discípulo de Franz Boas (1858-1942). Na década de 1950, dirigiu o Departamento de Antropologia do Nabuco, participou da pesquisa da Unesco sobre relações raciais, lecionou etnografia na UFPE e organizou o curso de mestrado em antropologia dessa universidade. Presidiu, ainda, a seção regional do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura da Unesco e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) entre 1976 e 1978.

Vale ainda mencionar dois outros quadros do Nabuco, ambos descendentes da oligarquia canavieira e com carreira consolidada no Recife. Mauro da Mota e Albuquerque (1911-1984), pernambucano de Nazaré da Mata, foi jornalista, poeta, geógrafo e ensaísta. Estudou e lecionou no GP, bacharelou-se na FDR em 1937 e dirigiu diversos órgãos culturais e de imprensa: o *Diário da Manhã* (1935-1941), o *Diário de Pernambuco*, o Nabuco (1956-1971), o Arquivo Público de Pernambuco (1973-1983) e o Departamento de Documentação e

Cultura de Recife (1972-1984). Foi eleito para a Academia Pernambucana de Letras (1955) e a Academia Brasileira de Letras (1970).

Já Mário Lacerda de Melo (1913-2004), oriundo de uma família de senhores de engenho de Água Preta, na Zona da Mata Sul pernambucana, bacharelou-se em direito pela FDR em 1935. Chefiou o Serviço de Estudos Econômicos do IAA entre 1943 e 1948, a seção de geografia do Nabuco e tornou-se pesquisador emérito da instituição. Presidiu a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) entre 1954 e 1955 e o Codepe em 1966, e foi secretário executivo do Grupo Especial de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (Geran) em 1967. Atuou como assessor técnico da Sudene (1968-1969) e foi professor da UFPE, onde chefiou o Departamento de Ciências Geográficas e foi reconhecido como professor emérito. Ao lado de Josué de Castro (1908-1973), Gilberto Osório de Andrade (1912-1986), Mauro Mota e Manuel Correia de Andrade (1922-2007), Mário Lacerda é considerado um dos pioneiros da geografia pernambucana (Andrade, 2007).

Em síntese, os quadros dirigentes do Nabuco foram recrutados entre parentes – a chamada “família nabuqueana” (Jucá, 1991: 88) – e “amigos mais chegados de Gilberto” (Ribeiro, 1991: 162). Eram majoritariamente recifenses, formados nas disciplinas tradicionais, e alguns deles realizaram mestrado ou doutorado no exterior. Muitos passaram pelo jornalismo pernambucano, possuíam conexões políticas e se destacaram como homens de letras. Consideradas em conjunto, suas trajetórias foram desviantes em relação ao padrão das camadas dominantes tradicionais: cursaram áreas novas e de menor prestígio social, atuaram como desbravadores e empreendedores científicos e souberam reconverter seu capital simbólico e sua origem na oligarquia agrária em posições de prestígio no sistema científico. Essa origem social elevada também ajuda a explicar o ecletismo de seus temas de pesquisa (Freston, 1989: 411). Durante o regime militar, alinharam-se ao situacionismo e viram suas carreiras prosperar com a ampliação das oportunidades nos sistemas político – inclusive na Sudene – e universitário³.

Interessa, nesse ponto, destacar as principais diferenças entre os quadros pioneiros da Sudene e do Nabuco. Os nabuqueanos mantinham uma relação de relativa independência em relação a Freyre e, assim como o sociólogo, descendiam das elites açucareiras em declínio, dispondo de credenciais científicas e de conexões políticas próprias (Freston, 1989: 386). Já os sudeneanos – quase todos com menos de 30 anos de idade, oriundos da classe média, com recursos científicos e culturais modestos, sem capital político próprio e sem carreira profissional consolidada – submeteram-se, sem pestanejar e com ardor quase religioso, ao comando de Furtado.

Outro aspecto relevante diz respeito às formas de recrutamento. Enquanto no Nabuco o ingresso se dava por convite, privilegiando os “amigos qualificados” de Freyre (Gonçalves, 1991: 174), na Sudene a seleção seguia critérios meritocráticos, já introduzidos na capital federal por órgãos como o Dasp, o BNDE, o BNB e a Sumoc.

GUERRA DE GIGANTES

Ex-apoiador de Juarez Távora (UDN/CE) na eleição presidencial de 1955, Freyre era crítico do programa desenvolvimentista do pessedista Juscelino Kubitschek, que, em sua avaliação, negligenciara o Nordeste. A Sudene foi uma das raras iniciativas federais das quais o pernambucano não foi convidado a participar, seja para opinar, seja para dirigir – “A universidade [do Recife] junto com a Sudene [...] constituem as únicas rivais capazes de ameaçar o IJN em termos institucionais” (Freston, 1989: 407).

À medida que a Sudene passou a ocupar um lugar central na definição das políticas para o Nordeste e Furtado demonstrou ter força própria, o sociólogo pernambucano passou a ser acusado de lançar “cascas de banana” no caminho do superintendente. “Tenho o maior apreço pelo sr. Celso Furtado [...] e não é a banana que une aqui os conselheiros da Sudene, a cujas cascas atribuem funções tão perniciosas. A fruta que nos identifica é o abacaxi que nós carregamos” (“Anunciou Celso Furtado”, 1961).

Reagindo às manobras de Furtado para contornar sua iniciativa e a primazia do Nabuco no tratamento dos problemas sociais da região, Freyre atacou diretamente uma passagem do I Plano Diretor, então em discussão no Conselho Deliberativo: “A política de colonização que a Sudene pretende pôr em prática, no Nordeste, afasta-se, deliberadamente, de qualquer atitude ‘paternalista’ em relação às populações cuja migração se vai patrocinar” (“Planos de colonização”, 1960). Segundo Freyre, a migração induzida pela Sudene já configurava uma forma de “proteção” e de “tutela”. Assim, o órgão regional – entendido por ele como “uma expressão saudável do paternalismo” (“Planos de colonização”, 1960) – deveria incorporar critérios sociológicos e psicológicos no projeto de povoamento da Amazônia maranhense. A crítica surtiu efeito: o Conselho Deliberativo suprimiu o trecho do Plano Diretor. Freyre, no entanto, voltou à carga:

[...] por que, até agora, os seus assessores [da Sudene] encarregados da elaboração dos referidos projetos de migrações dirigidas não se articularam, a respeito de assunto tão importante, com os especialistas em ciências sociais do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, órgão federal ligado ao Ministério da Educação e Cultura e especializado no estudo em conjunto ecológico, antropológico, sociológico, econômico, estatístico, de problemas sociais e psicossociais das populações do Nordeste e do Norte agrários.

[...]

Estimaria saber da Superintendência da Sudene que providências estão sendo tomadas no sentido de estudos que orientem, do ponto de vista sociológico, ecológico-social e psico-social, as projetadas transferências de grupos consideráveis de população nordestina de regiões áridas para regiões úmidas. [...]. [A Sudene acaba] deixando em alguns de nós a suspeita de estar cuidando daqueles programas – à revelia daqueles técnicos – e com seus próprios técnicos, nenhum dos quais conhecidos no país ou não especializados em outras ciências sociais além da econômica. Reafirmo aqui o meu apoio ao critério, creio que hoje, como há

um ano, triunfante neste Conselho, de que à Sudene cabe coordenar atividades e esforços, no interesse da solução de problemas regionais complexos, de órgãos federais e estaduais já existentes e idoneidade reconhecida, em vez de procurar improvisar o que certamente não está se verificando – educadores, sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais, que tomem o lugar dos que já vêm lidando com aqueles problemas, do ponto de vista da especialidade de cada um, mas visando a se complementarem pela integração de seus esforços e estudos (“Gilberto Freyre reclamou”, 1961).

Na reunião do Conselho Deliberativo realizada em 4 de julho de 1962, quando Furtado apresentou o Plano de Ensino Primário e Educação de Base da Sudene, Freyre – então à frente do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER/MEC) – protestou “com veemência” por não ter sido consultado, afirmando que não emprestaria seu nome ao Conselho “em simples cargo decorativo” (“Fez programa educativo”, 1962). No ano seguinte, entretanto, a Sudene e o CRPER/MEC realizaram conjuntamente o primeiro Curso de Técnico em Planejamento Educacional (TPE).

Na reunião do Conselho Deliberativo de maio de 1962, o sociólogo qualificou a Sudene como “um órgão totalitarista”⁴ e criticou sua “morosidade burocrática” (“Gilberto Freyre: o perigo”, 1962). Freyre, visto como “ardoroso apologista dos estudos sociais para o aperfeiçoamento dos programas de desenvolvimento da Região” (Duque, 2004: 81), acusava o órgão de insensibilidade diante dos “problemas sociais” (“Gilberto Freyre: o perigo”, 1962). Daí sua reivindicação – em causa própria – por maior espaço para os estudos sociais na formulação das políticas da Sudene:

[que] o desenvolvimento técnico e econômico seja considerado em toda a sua importância [...] e não posto em lugar de soberano absoluto com os problemas sociais, psicossociais, socioculturais relegados à insignificância que lhes pretendem atribuir atualmente alguns dos economistas e arquitetos sul-americanos, mais enfáticos no seu arrivismo, uns de puros economistas científicos – não é o caso, decerto, de um economista da cultura geral do Professor Celso Furtado – outros de arquitetos chamados modernistas que, por serem modernistas, presumem poder prescindir do auxílio do ecologista, do geógrafo, do cientista social, do historiador, quando levantam cidades novas ou reformam cidades antigas (Freyre, 1962).

O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, desde a sua fundação, em 1949, vem procurando opor a um economicismo puro ou imperial, a um estreito tecnologismo no trato de problemas complexamente sociais, quer do Nordeste, quer do Norte agrário, em geral, o critério de não haver problemas apenas econômicos que devam ser considerados somente na sua pureza econômica ou no seu aspecto tecnológico; e sim problemas sociais que incluem os econômicos (“Problemas sociais e”, 1963).

As críticas ao “economicismo puro ou imperial” (Freyre, 1963) da Sudene e de Furtado – “Precisamente essa complementação (a do economista pelo sociólogo) é que fazia falta ao Professor Celso Furtado” (Freyre, 1964) – e a defesa da prevalência do “critério interrelacionalista de estudos regionais” (Freyre,

1963) expressavam, em termos políticos e institucionais, a disputa entre Freyre e Furtado, entre o Nabuco e a Sudene, e entre a sociologia e a economia pela definição legítima dos problemas da região e pelo monopólio dos diagnósticos e das soluções mais adequadas às novas demandas em torno da “questão Nordeste” no contexto de acirramento da luta política nacional. Segundo Freyre (1963), o Nabuco se contrapunha à onda “avassaladora” do “pan-economismo” no tratamento dos problemas sociais – “voga que teve o seu campeão mais brilhante no aliás erudito economista Professor Celso Furtado”.

Tendo em vista o que foi exposto até aqui, havia motivações concretas para a atitude “displicente” e “indiferente” (Furtado, 1997 [1989]: 273) – por vezes, até mesmo “apática” e “hostil” (Guimarães, 2000: 19) – de Freyre em relação à Sudene de Furtado. Tal postura não se explicava apenas por uma suposta “hipertrofia do seu ego” ou por sua “sua vaidade desvairada” (Furtado, 1997 [1989]: 273). Como órgão de planejamento centralizado, a Sudene foi concebida para supervisionar e coordenar as autarquias federais no Nordeste, que deveriam se subordinar à nova política desenvolvimentista. Freyre resistiu aos planos de Furtado, procurando afirmar a autonomia e a competência do Nabuco na análise dos problemas sociais da região. Por sua vez, Furtado buscava impor sua autoridade sobre os órgãos federais recalcitrantes e submetê-los às diretrizes do projeto da Sudene. Mesmo com a celebração de convênios pontuais nos anos subsequentes, persistiram entre o Nabuco e a Sudene diferenças profundas de natureza institucional e de concepção sobre os problemas e caminhos do desenvolvimento regional.

CONCLUSÃO

Plantando raízes no Recife, Freyre encarnou o “sentimento de província” (Oliveira, 2011: 123) e construiu um lugar para si próprio ao fazer das ciências sociais uma caixa de ressonância da lenta agonia de seu grupo de origem. Com notável flexibilidade para se adaptar aos novos pactos de poder, soube extrair vantagens do *status quo* e valorizou, no campo político, o capital simbólico que acumulou como escritor. No contexto das transformações impulsionadas pela industrialização e do deslocamento do poder político para o Centro-Sul do país, Freyre conseguiu arrancar da elite governante nacional o reconhecimento de Pernambuco – e do Nordeste – como o berço das tradições fundadoras da nação. Foi a esse projeto que o Nabuco se vinculou desde sua criação⁵.

A posição de Freyre como principal intérprete autorizado dos interesses do Nordeste foi abalada com o surgimento de Furtado e da Sudene, que transtornaram o *establishment* do qual ele era, desde a década de 1920, um dos principais arquitetos, guardiões e beneficiários.

Furtado consolidou-se como o ideólogo da política desenvolvimentista para o Nordeste, valendo-se de seu prestígio como especialista econômico e como artífice na formação de uma nova categoria de técnicos graduados, cuja autoridade se fundava no domínio de competências altamente valorizadas

no contexto de transformação das bases produtivas do país e de expansão da máquina estatal. Ao captar o sentimento difuso por mudanças na região e trazer a agenda do desenvolvimento regional para o centro do debate nacional, Furtado converteu-se no principal expoente de uma nova consciência política e formou, na Sudene, seu próprio exército de técnicos, que o reconheceram como mentor intelectual.

Com a expansão do sistema universitário regional, Freyre passou a ser alvo das críticas das novas gerações acadêmicas, que se insurgiram contra sua posição despótica na vida intelectual do Nordeste e contestaram sua visão “conformista” e “isolacionista” da cultura brasileira (Veras & Mendonça, 2005: 16). No contexto da luta pelas reformas de base e pela educação de massas – liderada por iniciativas como o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC) –, essas novas gerações reivindicavam a renovação dos estudos sobre os problemas regionais e a cultura popular em sintonia com as transformações em curso no país. Para elas, Freyre representava um intelectual “antipopular”, que conspирava contra o desenvolvimento do Nordeste.

O pronto alinhamento de Freyre ao regime militar resultou no aumento das verbas federais destinadas ao Nabuco, que ampliou suas atividades e cresceu significativamente entre as décadas de 1960 e 1970 (Freston, 1989: 388). Com isso, Freyre terminou estigmatizado como um intelectual oficialista – identificado com a direita, o autoritarismo, o conservadorismo e intoxicado pelos vapores de um passado colonial que era imperativo exorcizar. A revalorização de sua obra intelectual nas décadas de 1980 e 1990 por cientistas sociais e historiadores – que enxergaram no autor de C.-G. & S. um precursor no tratamento de novos objetos, fontes e métodos qualitativos de pesquisa – não foi suficiente para apagar o estigma decorrente de suas posições políticas controversas.

Por seu turno, Furtado foi consagrado como “o emblema maior da República Nordestina da Nostalgia e do Futuro” (Oliveira, 2003: 107). Com os direitos políticos cassados em 1964, seguiu carreira universitária nos Estados e na França, lecionando “economia do desenvolvimento” e “economia latino-americana” em Yale e na Sorbonne. No exílio, liderou um grupo de intelectuais brasileiros de destaque e se afirmou como precursor das teorias da “estagnação” e da “dependência” (Furtado, 2019, 2021). Procurou também projetar-se como um pensador do “Terceiro Mundo” e como teórico da economia científica, sobretudo em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), buscando reconhecimento no *mainstream* acadêmico internacional.

Entre as décadas de 1970 e 1980, Furtado ampliou seus campos de reflexão, passando a abordar temas como cultura e meio ambiente. Em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1981), escreveu sobre os limites ecológicos da sociedade industrial. De volta ao Brasil, reposicionou-se na vida pública como um intelectual heterodoxo e crítico dos credores da dívida externa e do sistema financeiro internacional. Entre 1985 e 1986, atuou como embaixador

do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia e, entre 1986 e 1988, foi ministro da Cultura. No fim da vida, escreveu suas memórias e publicou *A construção interrompida* (1992), título que mal disfarça seu desalento com os rumos do país e o sentimento de ter sido escanteado pelas novas gerações.

Embora fosse, em certa medida, tributário da obra de Freyre nas ciências sociais brasileiras (Oliveira, 2003: 60), Furtado quase nunca reconheceu a influência do sociólogo em sua formação intelectual⁶. No texto autobiográfico *Aventures d'un économiste brésilien*, publicado na *Revue Internationale de Sciences Sociales* em 1973 – momento em que estava em jogo seu reconhecimento como “um pensador cosmopolita” pela comunidade acadêmica europeia (Vieira, 2001: 163) –, o economista fez apenas uma menção lateral e redutora à contribuição do sociólogo pernambucano, negando-lhe qualquer originalidade ou impacto sobre sua obra. “O livro de Freyre pouco ou nada me influenciou no que respeita a sua mensagem substantiva, isto é, no que se refere à interpretação do processo histórico brasileiro” (Furtado, 2013: 16), afirmou, tratando Freyre como mero divulgador, no Brasil, da tradição antropológica de matriz boasiana desenvolvida nos Estados Unidos: “[C.-G. & S.] nos punha em dia com o que se pensava no mundo intelectual em que se estava criando o conhecimento” (Furtado, 2013: 16)⁷.

Na *Obra autobiográfica*, Furtado repetiu a menção tímida à C.-G. & S., que afirmava ter lido aos dezessete anos (Furtado, 1997 [1985]), com o intuito de enfatizar o papel da sociologia norte-americana como uma das principais matrizes de sua formação intelectual. Em uma passagem dos *Diários intermitentes*, datada de 1985, o economista relata uma conversa com Fernand Braudel (1902-1985) – “um importante historiador” (Furtado, 1996: 75) – sobre a “paranoia dos grandes homens”. Após fazer um trocadilho com o nome de Victor Hugo (1802-1885) – “Ego Hugo” –, Furtado contou “histórias de G.F.”, arrancando risos do historiador francês. Na sequência, Braudel lhe confidenciou sua opinião sobre Raymond Aron (1905-1983), a quem classificava como “*un faux grand homme*” (Furtado, 1996: 328), definição que coincidia com o julgamento que o próprio Furtado parecia nutrir sobre o “Narciso pernambucano” (Silva, 2010: 23).

Por seu turno, Freyre – o “ditador intelectual desta boa província” (Melo Neto, 2001 *apud* Silva, 2010: 14) – adotou uma postura ambígua em relação a Furtado. Em diferentes ocasiões, elogiou os méritos intelectuais do chefe da Sudene, chamando-o de “mestre incontestável na sua especialidade”, “mestre de renome no estrangeiro”, “administrador sério, honesto, devotado” (“Gilberto Freyre: restos”, 1964) e “um brilhante economista” (Freyre, 1964). Após 1964, no entanto, passou a manifestar ressentimento, criticando o que via como “excessivo especialismo” (Freyre, 1964) de Furtado – “um rígido, quase um calvinista, um tecnocrata” (Freyre, 1934/1969).

Essa postura ambígua de Freyre torna-se evidente ao se comparar a terceira e a quarta edições do *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, publicadas, respectivamente, em 1961 e 1969 – a primeira edição do livro

é de 1934, e a segunda, de 1942. Na terceira edição, “revista, atualizada e ampliada”, lançada dois anos após a criação da Sudene, Freyre faz apenas uma menção pálida ao órgão regional e a seu criador, num registro que destoa da verve empregada no restante da obra. Ao final do volume, limita-se a informar que “o Recife é sede da Sudene” e a destacar, como traço mais relevante da biografia de Furtado, o fato de ser um “paraibano de formação recifense”.

Na quarta edição “revista, atualizada e muito ampliada” do Guia..., publicada em 1969, cinco anos após o expurgo de Furtado da Sudene, Freyre reformulou a passagem sobre a autarquia regional, agora desassociando-a inteiramente do economista, cujo nome já não era mencionado. Como inventor das tradições do Recife e de seus homens ilustres, o sociólogo pernambucano já não via lugar para Furtado entre os “intelectuais autenticamente recifenses” (Freyre, 1961: 92). Reconheceu, porém, “alguma coisa de inovação” nos trabalhos da Sudene, que teria levado “várias indústrias novas” ao Nordeste, e se apresentou como o verdadeiro precursor do “critério regional ou inter-regional há anos reclamado para o Brasil por certos sociólogos” – princípio que, segundo ele, teria presidido não apenas a criação do Nabuco, mas também da própria Sudene, “já tão atuante desde 1964”, quando teria passado a exercer uma “ação mais complexamente social do que econômica” (Freyre, 1969/1934: 158).

O Recife é sede da Sudene, que vem sistematizando, com alguma coisa de um ministério regional, os trabalhos da chamada “Operação Nordeste”: iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek. É diretor da Sudene o economista Celso Furtado: paraibano de formação recifense, que também fez estudos de aperfeiçoamento na França e na Inglaterra. (Freyre, 1934/1961: 167).

O Recife é a sede da Sudene que vem desempenhando com alguma coisa de inovação e dentro de um critério regional ou inter-regional há anos reclamado para o Brasil por certos sociólogos, as funções de um ministério regional. Graças à ação dessa Superintendência, já várias indústrias novas se erguem hoje no Nordeste: algumas nos arredores do Recife. (Freyre, 1934/1969: 158).

Não obstante a rivalidade entre Freyre e Furtado, algumas características comuns merecem destaque. Ambos foram intelectuais pioneiros e agentes políticos dotados de grandes aspirações. Freyre, que recusou convite para chefiar o MEC no governo Castelo Branco (1964-1967), acalentava o sonho de tornar-se governador de Pernambuco ou ministro das Relações Exteriores (Freston, 1989: 378). Durante a redemocratização, Furtado flertou com a liderança de um novo movimento regional “para recolocar o problema do Nordeste” (Furtado, 2019: 270-272) e chegou a ser cogitado tanto para o Ministério da Fazenda (p. 300-304) quanto para o Ministério do Planejamento (p. 285). Ambos foram também *grand tourists* (Salgueiro, 2002): adquiriram formação acadêmica cosmopolita, construíram reputação internacional e estabeleceram contatos influentes no exterior, sendo os intelectuais brasileiros mais traduzidos de suas respectivas gerações. Nenhum deles, no entanto,

chegou a fundar uma “escola”⁸ – fato que, possivelmente, se explica pela ausência de uma trajetória contínua como professores universitários no Brasil, o que contribuiu para diluir o alcance de sua influência intelectual direta.

Vale destacar, ainda, que ambos escreveram sobre o Brasil no exterior, enfrentaram temas centrais da tradição do pensamento social brasileiro – como a concentração fundiária, o legado colonial, as desigualdades regionais e o escravismo – e formularam interpretações abrangentes da formação da sociedade patriarcal (Freyre) e da economia nacional (Furtado). As interpretações que formularam consolidaram-se tanto como paradigmas científicos quanto como ideologias de Estado, orientando políticas públicas e influenciando gerações de formuladores de políticas e intelectuais (Mesquita, 2018; Oliveira, 2003).

Ambos apresentaram o país aos brasileiros e saciaram a curiosidade dos estrangeiros diante das singularidades de uma nação tropical, rural e patriarcal que rapidamente se transformava em uma economia urbano-industrial pujante. Com o sucesso avassalador de C.-G. & S. (1933) e *Formação econômica do Brasil* (1959) – que se tornaram *best-sellers* e catalisaram o clima de mudança de suas respectivas épocas –, Freyre e Furtado foram consagrados e eternizados como os arautos da sociologia e da economia política no Brasil.

Apesar das repetidas reformas e recriações, o Nabuco e a Sudene jamais conseguiram reeditar a originalidade, a credibilidade pública e o fervor político de seus áureos tempos. Acabaram por se perder na rotinização e burocratização de suas atividades, refugiando-se no discurso do “desvirtuamento”, do “esvaziamento” e da “descaracterização” (Carvalho, 1979; Freston, 1989). Embora tenham cooperado ocasionalmente em pesquisas e seminários, prevaleceu entre os dois órgãos o espírito de desconfiança e competição que marcara suas trajetórias institucionais desde os tempos de Freyre e Furtado. O Nabuco seguiu temendo a usurpação de sua independência pela Sudene “economicista”, enquanto esta jamais conseguiu submeter o instituto “folclorista” ao seu programa desenvolvimentista.

Editor responsável: Andre Bittencourt

Recebido em 25/09/2023 | Revisado em 07/12/2023 | Aprovado em 10/05/2024

Darlan Praxedes Barboza é bolsista de pós-doutorado da FAPESP no IEB/USP. Doutor em Sociologia pela FFLCH/USP, integra o Núcleo de Sociologia da Cultura (NSC/FFLCH/USP) e o grupo de pesquisa “Repensando o Desenvolvimento” (LABIEB/USP).

NOTAS

- 1 Agradeço pelas sugestões e críticas de Luiz Carlos Jackson, de André Luiz de Miranda Martins e dos pareceristas anônimos da *Sociologia & Antropologia*.
- 2 Este artigo vincula a produção intelectual de Furtado e Freyre às suas posições de classe e aos projetos políticos que construíram. A partir de uma perspectiva bourdieusiana, suas interpretações teóricas sobre os dilemas e os impasses do Nordeste são tratadas como um recurso – não o único, nem o mais determinante – mobilizado em suas disputas para se legitimarem como porta-vozes da região e para influenciar o processo de reestruturação do Estado brasileiro no que diz respeito às políticas voltadas para o Nordeste. Para uma análise das aproximações e dissonâncias entre as interpretações de Freyre e Furtado sobre a formação nacional, ver Oliveira (2003).
- 3 Esses poderes e prerrogativas excepcionais foram conquistados após duros embates dentro e fora do Congresso Nacional (Cohn, 1978).
- 4 Entre os quadros do Nabuco, apenas Amaro Quintas (1911-1998), então diretor do Departamento de História Social, teve os direitos políticos cassados em 1964 (Jucá, 1991).
- 5 A frase foi dita por Freyre em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que, segundo ele, confundira o termo “totalista” com “totalitarista” (“Cid e Freyre comentam”, 1962).
- 6 “Nestes dias de desprestígio de Pernambuco, Estado que hoje dá à gente do Rio a impressão de apenas ter existido e de não continuar a existir, tal a insignificância a que o vem reduzindo os maus governos, deve ser verdadeiramente um consolo para os pernambucanos fiéis à sua velha província, o fato de ter sido possível a um deputado de oposição obter a aprovação da Câmara para um projeto de lei que dará ao Recife um pouco, pelo menos, do seu antigo esplendor de centro de renovação social e intelectual do Brasil” (Freyre, 1949).
- 7 Furtado reconheceu tardiamente a influência do já falecido sociólogo em sua formação intelectual: “Fui muito influenciado por Gilberto Freyre, porque li desde jovem ‘Casa Grande e Senzala’. Foi um autor que li e reli, estudei, porque ele revelava uma dimensão antropológica que eu não captava. Deste ponto de vista foi o autor que mais me influenciou” (Labaki & Schwartz, 1992). Essa presença também é reconhecida em sua obra autobiográfica: “Quando descobri Casa

Grande e Senzala, ainda na Paraíba, fiquei maravilhado. É notável a importância positiva que Gilberto Freyre deu à miscigenação e a maneira como o fez, tratando-a como um problema de cultura, não de antropologia apenas. A cultura brasileira é que é fruto da miscigenação. Os valores maiores do Brasil são engendrados por essa miscigenação. Descobrir isso teve para mim grande impacto” (Furtado, 1999). Na sequência, porém, o economista desloca Freyre para o campo político oposto, não sem deixar transparecer certo ressentimento: “Depois fui vendo que ele era extremamente limitado em outras coisas. Tinha uma visão estática, não concebia o Brasil como um processo, mas como uma fotografia. Aí me afastei um pouco. Talvez também por causa da decepção de ver um homem que, por força da preocupação social, considerávamos do nosso lado, da esquerda, acabar se tornando um mentor do outro lado” (Furtado, 1999).

- 8 A tese de Freyre sobre a formação da sociedade brasileira alojou-se na visão de mundo de Furtado – como, aliás, no conjunto da intelectualidade do período: “Todos [intérpretes do Brasil], de alguma forma, incluindo-se Furtado, são devedores, na interpretação do Brasil, dos clássicos dos anos 1930, que se esmeraram em marcar a originalidade da colônia, da sociabilidade forjada pela *summa* da herança ibérica com as condições da exploração colonial fundada no escravismo” (Oliveira, 2003: 127). Ao resolver, à sua maneira, a questão étnico-cultural no Brasil – jogando a pá de cal sobre o estigma das “três raças tristes” e reconhecendo nelas potenciais civilizatórios –, a fórmula freyriana pavimentou o caminho para a geração de intelectuais da década de 1950, que vinculou a nova ideia-força do “desenvolvimento”, na década de 1950, à “questão nacional” e à “democracia” (Brandão, 2007: 36).
- 9 Segundo a definição sociológica proposta por Tiryakian (1979), “escola” designa um grupo intelectual composto por um líder e seus discípulos, reunidos em torno de ideias, técnicas, programas e disposições normativas comuns, e que concebem a atividade intelectual como uma missão.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. (2011). *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora.
- Andrade, Manuel Correia de. (2007). A geografia no contexto das ciências sociais em Pernambuco. *RBCS*, 22/65, p. 9-15.

Anunciou Celso Furtado que porá seu cargo à disposição do novo governo. (1961, 7 jun.). *Diário de Pernambuco*.

Araújo, Ricardo Benzaquen de. (1994). *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Barboza, Darlan Praxedes. (2023). *Fé, carisma e virtù: a trajetória de Celso Furtado, a criação da Sudene e a estruturação do campo científico no Nordeste brasileiro*. [Tese de Doutorado. PPGS/Universidade de São Paulo].

Barbosa, Alexandre de Freitas. (2021). *O Brasil desenvolvimentista (1945-1964) e a trajetória de Rômulo Almeida: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Alameda.

Bastos, Élide Rugai. (2006). *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global Editora.

Bielschowsky, Ricardo. (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Brandão, Gildo Marçal. (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec.

Carvalho, Otamar de. (1979). *Desenvolvimento regional: um problema político*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Cid e Freyre comentam notícias falsas. (1962, 16 maio). *Diário de Pernambuco*.

Cohn, Amélia. (1978). *Crise regional e planejamento: o processo de criação da Sudene*. São Paulo: Perspectiva.

Colombo, Luciléia Aparecida. (2015). *A Sudene no sistema federativo brasileiro: a ascensão e queda de uma instituição*. Recife: Sudene.

Dalmonete, Edson Fernando. (2009). *Mídia: fonte e palanque do pensamento de Gilberto Freyre*. Salvador: EDUFBA.

Duque, José Guimarães. (2004). *Perspectivas nordestinas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

Escorel, Sarah. (2015). Mário Magalhães: Desenvolvimento é Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20/8, p. 2453-2460.

Fez programa educativo sem audiência a órgãos técnicos. (1962, 5 jul.). *Diário de Pernambuco*.

Figueiredo, Argelina Cheibub. (1993). *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.

Freston, Paul. (1989). Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: Miceli, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Vértice/IDESP. p. 316-358.

Freyre, Gilberto. (1969). *Guia prático, histórico e sentimental da história do Recife* (4a ed.). Rio de Janeiro: José Olympio. (Trabalho original publicado em 1934)

Freyre, Gilberto. (1961). *Guia prático, histórico e sentimental da história do Recife* (3a ed.). Rio de Janeiro: José Olympio. (Trabalho original publicado em 1934)

Freyre, Gilberto. (1962, 17 jun.). O exemplo holandês. *Diário de Pernambuco*.

Freyre, Gilberto. (1964, 25 out.). O novo Superintendente. *Diário de Pernambuco*.

Freyre, Gilberto. (1963, 11 ago.). Problemas sociais e não apenas econômicos. *Diário de Pernambuco*.

Freyre, Gilberto. (1949, 16 jan.). Volta o Recife ao antigo esplendor de centro de renovação social e intelectual do Brasil. *Diário de Pernambuco*.

Furtado, Celso. (2013). Aventuras de um economista brasileiro. In: *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras. p. 35-52.

Furtado, Celso. (1996). Celso Monteiro Furtado. In: Ciro Biderman, Luis Felipe Cozac, José Márcio Rego. (Orgs.), *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo: Editora 34. p. 61-88.

Furtado, Celso. (2021). *Correspondência intelectual: 1949-2004*. São Paulo: Companhia das Letras.

Furtado, Celso. (2019). *Diários intermitentes (1937-2002)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Furtado, Celso. (1999). Celso Furtado fala a Roberto Pompeu de Toledo. *Playboy*, 285.

Furtado, Celso. (2009). *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

Gilberto Freyre: o perigo está na morosidade burocrática. (1962, 10 maio). *Diário de Pernambuco*.

Gilberto Freyre: restos de feudalismo e do “laissez-faire” afligem Nordeste. (1964, 5 jul.). *Diário de Pernambuco*.

Gilberto Freyre reclamou da Sudene: estudos autorizados há 1 ano. (1961, 3 ago.). *Diário de Pernambuco*.

Gonçalves, Antônio Carolino. (1991). Atividades na área de estatística no antigo IJNPS (1952-1970). *Ciência & Trópico*, 19/1, p. 165-178.

Guimarães, Juarez. (2000). A trajetória intelectual de Celso Furtado. In Maria da Conceição Tavares. (Org.), *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 15-32.

Instantâneos. (1959, 24 dez.). *Diário de Pernambuco*.

José Américo de Almeida. (2025). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <http://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/jose-americo-de-ameida> Acesso em: 8 maio 2025.

Jucá, Joselice. (1991). *Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo*. Recife: Massangana.

Labaki, Amir, & Schwartz, Gilson. (1992, 19 jul.). Celso Furtado: o maior economista brasileiro fala sobre seu novo livro, a renegociação da dívida e sua paixão pela literatura. *Folha de S.Paulo*.

Larreta, Enrique Rodríguez, & Giucci, Guillermo. (2007). *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lima, Marcos Costa. (2009). O Conselho Deliberativo da Sudene. In: Celson Furtado, *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. p. 223-265.

Lira, José Tavares Correia de. (2005). Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre. *RBCS*, 20/57, p. 143-176.

Maio, Marcos Chor. (1999). Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. *Tempo Social*, 11/1, p. 111-136.

Mesquita, Gustavo. (2018). *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global.

Oliveira, Francisco de. (2003). *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Oliveira, Francisco de. (2008). *A noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo.

Oliveira, Francisco de. (2020 [2013]). Celso Furtado: um republicano exemplar. [Entrevista concedida para] Marcos Costa Lima e Angela Nascimento. In Cidival Moraes de Sousa, Ivo Marcos Theis, José Luciano Albino Barbosa. (Orgs.), *Celso Furtado: a esperança militante (depoimentos)* (Vol. 2). Campina Grande: EDUEPB. p. 71-108.

Oliveira, Lúcia Lippi de. (2011). Gilberto Freyre e a valorização da província. *Sociedade e Estado*, 26/1, p. 117-149.

Paulo Bittencourt. (2025). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bittencourt-paulo>. Acesso em: 8 maio 2025.

Planos de colonização da Sudene não sacrificarão as comunidades regionais. (1960, 5 jul.). *Diário de Pernambuco*.

Problemas sociais e não apenas econômicos. (1963, 11 ago.). *Diário de Pernambuco*.

Ribeiro, Renê. (1991). Anos heroicos do Instituto Joaquim Nabuco. *Ciência & Trópico*, 19/1, p. 159-164.

Salgueiro, Valéria. (2002). Grand tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*, 22/44, p. 289-310.

Silva, Silvia Cortez. (2010). *Tempos de Casa-Grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva.

Sola, Lourdes. (1998). *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: EDUSP.

Sorá, Gustavo. (1998). A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre. *RBCS*, 13/36, p. 1-22.

Tavares, Maria da Conceição, Andrade, Manuel Correia de, & Rodrigues, Raimundo Rodrigues. (1998). *Seca e poder. Entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Tiryakian, Edward. (1979). The significance of schools in the development of sociology. In: Snizek, William; Fuhrman, Elsworth & Miller, Michael *Contemporary issues in theory and research. A metasociological perspective*. London: Greenwood Press. p. 211-233.

Veras, Dimas Brasileiro, & Mendonça, Djanice Barros de Arruda. (2005). Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). *Estudos Universitários*, 24-25/5-6, p. 11-22.

Vieira, Rosa Maria. (2001). Celso Furtado: autorretrato e retórica. In: Bresser-Pereira, Luiz Carlos & Rego, José Márcio (Orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34. p. 157-165.

CELSO FURTADO VS. GILBERTO FREYRE: O PODER DA CRIAÇÃO**Resumo**

O artigo investiga como diferenças de origem social e trajetória intelectual moldaram as formas contrastantes com que Gilberto Freyre e Celso Furtado pensaram o Nordeste e atuaram politicamente na região. A partir de uma abordagem relacional e historicamente situada, examina como essas visões – uma centrada na valorização das tradições, outra voltada à superação de estruturas arcaicas – se materializaram em instituições com agendas divergentes: o Instituto Joaquim Nabuco e a Sudene. O artigo mostra que, entre as décadas de 1950 e 1960, essa clivagem se inscreveu na luta pela legitimidade na definição dos problemas e destinos da região, evidenciando o papel das posições sociais na conformação das estratégias de intervenção no Estado.

Palavras-chave

Celso Furtado;
Sudene;
Gilberto Freyre;
Instituto Joaquim Nabuco;
Nordeste.

CELSO FURTADO VS. GILBERTO FREYRE: THE POWER OF CREATION**Abstract**

This article investigates how differences in social origin and intellectual trajectory shaped the contrasting ways in which Gilberto Freyre and Celso Furtado conceived the Brazilian Northeast and engaged politically with the region. Adopting a relational and historically grounded approach, it examines how their visions – one centered on the affirmation of cultural traditions, the other on the transformation of inherited social structures – took institutional shape in divergent agendas: the Joaquim Nabuco Institute and Sudene. The article shows that, between the 1950s and 1960s, this cleavage became part of a broader struggle for legitimacy in defining the region's problems and development paths, highlighting the role of social position in shaping strategies of state intervention.

Keywords

Celso Furtado;
Sudene;
Gilberto Freyre;
Instituto Joaquim Nabuco;
Northeast.